

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Procos da assignatura	Anno 55 n.º	Semest. 18 n.º	Trim. 9 n.º	N.º a entrega	14.º ANNO — VOLUME XIV — N.º 446	REDACÇÃO—ATELIER DE GRAYURA—ADMINISTRAÇÃO
Portugal (franco de porte, m. forte)	3800	1800	600	120	II DE MAIO DE 1891	Linha 1.ª do Paço Novo, estrada para T. do convento de Jesus, 4
Possessões ultramarinas (idem)	4800	2400	800	160		
Retrang. (união geral dos correios)	5400	2700	900	180		

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos a administração da Empresa do Occidente, sem o que não serão attendidos. — Editor responsável: Carlos Alberto da Silva.

CHRONICA OCCIDENTAL

«Papagaio perdeu a penna não ha mal que lhe não chague» diz um velho dictado.

O nosso pobre Portugal está-se parecendo muito com o papagaio que perdeu a penna. Os males vão-se-lhe chegando todos, e as crises surgem por toda a parte como cogumellos em terreno lodoso, em tempo de chuva.

Depois da crise internacional, provocada pela desastrosa questão ingleza, tem vindo todas as crises, a crise politica, a crise financeira, a crise monetaria, a crise bancaria e até a crise theatral, que sendo com certeza a que importa menos a grande maioria do publico, importa-nos muito a nós que nos occupamos muito mais de arte, de theatro, de litteratura, que de politica e de finanças, e importa seguramente muito tambem a todos que tem amor á nossa arte dramatica, esse ramo especial de bella e artes, que mais descurado tem sido por todos os governos, mas que por uma singular coincidência tem sido aquelle que mais gloria tem dado ao nosso paiz, que mais brilho e lustre lhe tem valido no estrangeiro.

A crise theatral manifestou-se ha semanas, como disse-mos na nossa ultima chronica, no theatro de D. Maria, e essa crise produziu sensação no paiz, apesar de todas as outras crises que trazem preoccupado o publico, e toda a imprensa sem distincção de cores politicas se referiu largamente a ella.

Soubese-se que n'uma assembléa geral dos sociarios do theatro de D. Maria, os actores João e Augusto Rosa, tinham apresentado a sua demissão de sociarios e até mesmo de artistas d'aquelle theatro, e esta noticia causou profundo sobresalto em todos que se importam com coisas de theatro, pois a ausencia de dois dos nossos primeiros artistas, da scena que devia ser a primeira de Portugal representava immediatamente uma crise theatral e crise grave.

D'ali a dias outra noticia que constou cá fóra, veio ainda augmentar a gravidade d'essa crise. O

actor Brazão imitando os seus dois collegas des pediu-se tambem do theatro de D. Maria e toda a gente perguntava o que havia de ser do nosso primeiro theatro, saindo de lá os tres artistas que hoje são inegavelmente os tres primeiros da nossa terra, e primeiros muito distanciados dos segundos, porque da incuria com que se tem tratado as nossas coisas do theatro, tem resultado um estacionamento completo, a falta absoluta de artistas novos que vão seguindo as pisadas dos antigos, e que ostejam aptos a substitui-los quando por acaso elles faltem.

A crise theatral estava aberta, e a imprensa occupando-se d'ello, insistia na necessidade de dar a essa crise uma solução rapida e satisfatoria, alguns jornaes apontavam a necessidade do governo intervir, de olhar uma vez ao menos a serio para o theatro portuguez.

Entretanto, porem, a sociedade artistica emprezaria do theatro de D. Maria, reconhecendo a gravidade da crise, tratou de procurar a maneira de a sanar, de a resolver, e finalmente achou uma resolução, que oxalá seja resolução e dê os fructos que a empresa calcula.

Essa resolução foi, ao que dizem os jornaes, que parecem mais bem informados, a substituição da antiga commissão directora — que era composta de tres membros — João, Augusto Rosa e Brazão — por um unico director-gerente, com attribuições muito mais limitadas que as da antiga commissão directora, e tendo de ouvir a miudo a assembléa geral da sociedade para a resolução dos principaes negocios do theatro.

A sociedade emprezaria escolheu para esse cargo um dos seus artistas escripturados que desaxará de ser actor, passando a ser societario, o sr. Carlos Posser, e a escolha foi acertadissima, porque Posser é um homem muito

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO



PORTA DA MOURA EM EVORA — QUADRO DE A. RAMALHO

Vid. artigo «Exposição do Gremio Artistico», pag. 78 — (Segunda photographia)

inteligente, muito honesto, muito sério, muito trabalhador, d'uma grande hombridade de caracter, a que se não tem um grande nome artistico tem grande pratica de coisas de theatro e todas as qualidades para ser um bom administrador.

Entre tanto no theatro de D. Maria tem havido até hoje dois grandes escolhos na sua administração: a admissão d'artistas novos, e a admissão de peças originaes, e esses dois escolhos não me parecem de nenhuma maneira vencidos com a nova remodelação de serviços, que soffreu a organização interna da Sociedade.

E' claro que sendo o theatro de D. Maria o primeiro theatro do paiz, o mais graduado, é elle justamente o ponto de mira, o sonho dourado de todos os artistas que nos outros theatros fazem a sua carreira, mas até hoje esses artistas tem todos encontrado sempre fechadas as portas d'aquelle theatro.

Incompleta, — porque o está inegavelmente, e para ter d'isso a prova basta ver a desigualdade enorme de desempenho que ali tem quasi todas as peças, — a companhia do theatro de D. Maria, nunca tratou de se completar, aproveitando elementos novos que podia ir buscar a outros theatros e que tendo já dado provas praticas e brilhantes dos seus meritos, poderiam ali, na convivencia dos mestres ir-se aperfeiçoando, e preparando para um dia os substituiram convenientemente.

Não citamos nomes, porque não temos procuração de ninguém para metter requerimento de admissão no theatro de D. Maria, nem queremos de forma alguma ir prejudicar as empresas dos outros theatros lembrando raptos de alguns dos seus principaes artistas, mas nem é preciso citá-los porque esses nomes de actores e de actrizes que estão fóra do theatro de D. Maria e que deviam ter lá dentro lugar e lugar honroso, andam na bocca de todos.

Porque não estão esses artistas no theatro de D. Maria?

Porque não são lá precisos? Evidentemente que não porque não ha ninguém que não reconheça as lacunas enormes que ha no elenco da companhia e no bom desempenho das peças que ali se dão.

Porque não querem ir para lá? Não, porque ninguém os convidou para isso, e alguns mesmos tem solicitado a entrada e tem-lhe sido recusada.

E' portanto evidente que se elles lá não estão é porque a sociedade empresaria lá os não tem querido, e ficando como estava a admissão de novos artistas a cargo d'essa mesma sociedade e não do seu director — porque a admissão d'artistas novos é resolvida em assembleia geral — esses artistas continuarão a lá não entrar pelo mesmo motivo porque não tem entrada até hoje, e a companhia continuará incompleta, e incompletos e deficientes os ensembles das peças.

Acerca da admissão de peças originaes a questão complicou-se em vez de simplificar.

Até agora a admissão das peças era da competencia da commissão directora do theatro: isto é, de tres dos societarios, precisamente dos mais graduados artisticamente; agora passa a ser da competencia d'um comité de leitura formado por toda a sociedade empresaria, e pelo director e pelo ensaiador do theatro.

Todas as peças originaes serão submettidas a esse comité que votará a sua admissão ou rejeição em escrutinio secreto, com espheras brancas e pretas.

Esta innovação não resolve coisa nenhuma, das difficuldades antigas e é perfeitamente odiosa.

Alguns dos nossos collegas referindo-se a esta submissão das peças originaes a um comité formado por todos os societarios e societarias do theatro de D. Maria, tem-se revoltado contra ella protestando contra a competencia d'alguns dos julgadores.

Não é isso que nos parece humilhante nem odioso.

Todos os auctores dramaticos tem que submeter as suas peças ao julgamento da empresa do theatro em que essas peças se representam, e portanto sendo essa sociedade a empresa do theatro de D. Maria, é natural que as peças tenham que ser submettidas a essa sociedade; mas contra o que nós nos insurgimos é contra a votação secreta, contra a fava preta anonyma de que a mais completa obra prima não pode estar livre, contra a qual ninguém se pode garantir e que ao passo que é uma afronta para o auctor, é ao mesmo tempo um perigo para a peça, porque já se começa a fazer opinião acerca da peça antes d'ella se apresentar ao publico.

Allega-se em defesa d'este processo de critica dramatica por meio de favas pretas que é elle o processo da admissão das peças na Comédie Française.

Em primeiro lugar, cada terra com seu uso, cada roca com seu fuzo e não percebo muito bem essa defesa, d'uma coisa indefensavel, que se limita a allegar o ella já existir n'outra parte.

Em segundo lugar a defesa é inhabil e cae pela base, porquanto na propria Comédie Française esse processo da votação secreta estabelecido no regulamento de 23 de dezembro de 1757, foi revogado, d'ali a 9 annos, pelo regulamento de 1 de julho de 1766.

Segundo o regulamento de 1757 — que, como veem, tem já uma idade muito respeitavel — a votação para admissão das peças era feita por escrutinio secreto, mas os actores e actrizes eram obrigados a guardar segredo absoluto sobre o que se passava n'essas assembleas sob pena de serem privados do seu voto deliberativo e do seu direito de presença, de tal modo o regulamento comprehendia já o odioso que havia n'essas votações e o mal que ellas podiam fazer tanto aos auctores como ás peças.

O regulamento de 1766 modifica sensivelmente o processo da admissão das peças. Antes da peça ser submettida ao comité de leitura era lida por um examinador. Se achava que ella devia ser admittida a leitura, muito que bem, ia para o comité, se achava que não, tinha que dar as razões d'isso por escripto — d'une manière très honnête e essas razões eram entregues ao auctor juntamente com a peça recusada.

Quando a peça era admittida a leitura, era lida ao comité e cada actor ou cada actriz que tinha adquirido voto deliberativo, já pelos seus serviços, já pela sua capacidade, devia dar por escripto os seus motivos d'accepção e de recusa, motivos que eram lidos ao auctor.

Essa regulamento prohibia, ao mesmo tempo, aos actores e ás actrizes, o servirem-se de qualquer phrase desagradavel para o auctor a ordenava-lhes que expusessem claramente as suas razões e em termos honnêtes.

E' este o regulamento da comédie française de 1766 e com elle estamos perfeitamente d'accordo.

No interesse do comité de leitura do theatro de D. Maria parecia nos conveniente que houvesse esse tal examinador de peças, encarregado de ver se ellas mereciam ou não ser submettidas ao comité para o poupar a ter que ler centenas de peças sem pés nem cabeça; no interesse dos auctores dramaticos é indispensavel que o voto secreto seja substituído, pelo voto responsavel e justificado, para que todos apreciem da justiça d'esse voto e da sua razão de ser, e para que ninguém, votando contra ou a favor da accepção d'uma peça, possa ter outro motivo senão o valor ou não valor d'essa peça.

E isto é tão logico, é tão claro, é tão simples, que esperamos que o novo regulamento do theatro de D. Maria, em relação a admissão de peças seja modificado n'esse sentido para interesse de todos, tanto dos julgados, como dos julgadores.

A respeito dos permanentes embaraços em que a empresa do theatro de D. Maria se vê de ha muito com os originaes que lhe enviam e com o seu contracto com o governo, pelo qual é obrigada a pôr as peças originaes que sejam dignas do theatro, esses embaraços ficam subsistindo da mesma maneira, porque do mesmo modo que os auctores recusados se revoltavam, até agora, contra a commissão directora que não acceitava os seus originaes, revoltar-se-hão d'aqui em diante, contra o comité de leitura que li-os rejeita.

A unica maneira de acabar com essas difficuldades seria a criação d'um comité formado por um representante da empresa, por um representante dos auctores dramaticos portuguezes, e por um representante do governo, para acceitar ou regeitar as peças originaes. E' verdade porém que esta maneira de acabar com as difficuldades tem em si uma difficuldade enorme, a de encontrar pessoas competentes que estivessem dispostas a arrostar gratuitamente com as massadas e os espinhos que essa commissão não podia deixar de ter.

A culpa dos embaraços em que se hade ver sempre a empresa do theatro de D. Maria com as peças desiguas é da condição do contracto.

O governo quiz fazer alguma coisa em favor da litteratura dramatica portugueza e fez essa condição, que no fim de contas não a protege nada.

O theatro de D. Maria, exactamente por ser o primeiro theatro de Portugal, não pôde ser de nenhuma maneira um theatro para estreia de auctores dramaticos, sem graves prejuizos da empresa e até dos proprios auctores, porque o publico tem n'esse theatro, precisamente por ser o primeiro theatro do paiz, umas exigencias que não tem nos outros: os auctores tem que lutar com

ellas. Nada mais natural que muitos nas suas primeiras peças succumbam ante essas exigencias, como tem succumbido já, e muitas peças novas que d'ouros theatros de inferior categoria, e perante um publico mais benevolo teriam feito o seu caminho, morrem em D. Maria á nascença, matando muitas vezes tambem o seu auctor como dramaturgo, que desgostoso, succumbido perante o fiasco, nunca mais pensa em theatro.

Ora é claro que o primeiro theatro d'um paiz nunca pôde ser um theatro para debutantes, um theatro para auctores dramaticos fazerem as suas primeiras armas.

Em toda a parte do mundo, nos primeiros theatros só entram as grandes obras e os grandes dramaturgos, e só excepcionalmente as primeiras obras são obras primas. Não se chega a grande dramaturgo sem se ter dado annos ao officio.

Lá fóra, os auctores debutam nos theatros secundarios, fazem ali a mão, e depois de terem usado para serem mestres é que chegam aos primeiros theatros.

Em Lisboa não ha onde fazer essa aprendizagem, onde fazer a mão por causa das traducções.

Tendo as suas ordens todo o repertorio no francez, hespanhol, italiano, os empresarios dos theatros secundarios difficilmente se arriscam a perder o seu tempo e o seu dinheiro com as primeiras tentativas theatraes d'auctores desconhecidos; d'ahi a affluencia de todos elles ao theatro de D. Maria unica, que pelo seu contracto com o governo, tem obrigação de os aturar, d'ahi as continuas polemicas e desaguisadas entre a empresa que quer boas peças, porque o publico lá se exige, e os auctores que querem ali estreiar-se porque é o unico theatro para onde os manda o governo.

O remedio a isto?

Parece-nos facil e não muito custoso n'este tempo d'economia, porque seria uma obra de justiça e de patriotismo, contra a qual ninguém se poderia insurgir ir buscar ao subsidio dado á opera italiana, uns contos de réis para subsidiar o theatro de D. Maria, para fazer d'elle um theatro modelo, e subsidiar modestamente qualquer theatro secundario obrigando-o a abrir a porta aos auctores novos que mostrassem vocação, aos artistas novos que mostrassem geito, creando assim uma especie de viveiro de auctores e de artistas que mais tarde, depois de feitos, iriam enriquecer o theatro de D. Maria e engrandecer a arte nacional.

* * *

A chronica vae extraordinariamente longa: entretanto não quero acabar a sem registrar aqui o meu agradecimento profundo nos excellentes artistas do theatro do Gymnasio que, com o seu notabilissimo desempenho, fizeram um grande e real successo da comedia em 3 actos *Em boa hora o diga*, que sahiu ali pela 1.^a vez á scena, na noite de 29 d'abril, em beneficio do grande actor Valle.

Todos os artistas do Gymnasio, com Leopoldo de Carvalho, o seu illustre ensaiador, á frente, repetiram os prodigios de talento, de boa vontade, de dedicação a que já me tinham habituado na *Sua Excellencia*, nas *Medicas*, e ainda no anno passado no *Commissario de Policia*, e todos elles, do primeiro ao ultimo papel, Barbara, Jesuino, Judith, Amelia Garraio, Juliana, Adeline Nunes, Julia Moniz, Silveira, Virginia, Ferrusca, Valle, Silva Pereira, Cardoso, Eloy, Marcelino Franco, Telmo, Ferreira, Amaral, Senna, mostraram que com bons artistas não ha papéis insignificantes, e que com bons soldados ganham-se todas as batalhas.

Gervasio Lobato.

A GUINÉ PORTUGUEZA

As gravuras que O Occidente hoje principia a dar aos seus leitores são na sua maioria particularmente referidas á ilha de Bolama da nova Guiné.

A ilha de Bolama está no archipelago de Bijagoz, mede uns quinze kilometros de leste a oeste e seis kilometros e meio de norte a sul. Está na latitude de 11° 37' norte, e na longitude de 17° 49' oeste do meridiano de Paris.

O nosso infante navegador, o grande D. Henrique, fez reconhecer este archipelago hem como a costa até Serra Leoa, pelos seus navegadores Nuno Tristão e Alvaro Fernandes. O primeiro foi morto em um rio que tomou o nome de Rio

Nuno, denominação commemorativa do tragico acontecimento.

Já não ha um palmo de terra africana que não tenha uma noção de sangue portuguez !...

Em 1607, a ilha de Bolama, foi cedida a Portugal pelo rei Guinala, terra de Benfadas, e em 1 de outubro de 1870 rehavida do poder inglez que alternativamente comnosco a occuparam por mais de uma vez.

As nossas gravuras dão uma ideia da villa de Bolama, capital da Guiné portugueza, e de Bissau e Cacheu; e são: — *Ruínas do antigo palacio do Governador da Guiné, em Cacheu, — Caçadores e artilheiros negros que compõem a guarnição da cidadella, — Um mercado em Bissau, — O mercado em Cacheu, — Rapazes e raparigas gentios da villa de Bolama e Casernas ou aquartelamentos.*

Os quartéis, embora lhe faltem algumas dependencias, como prisões, cozinhas que se acham em construcções afastadas, são vastos, limpos, de construcção elegante e bem ventilados.

O gentio, principalmente o chamado *papel*, é cobarde ordinariamente, mas se por acaso encontra friqueza ou hesitações no adversario torna-se atrevido. A imperdoavel falta de conhecimento d'este gentio parece que foi a principal causa dos nossos recentes desastres em Bissau.

No dia 31 de abril, ultimo, publicavam os jornaes de Lisboa os seguintes telegrammas:

Bissau, 19. — O conselho de officiaes resolveu hoje atacar Inim e Bandidim. Perdemos quatro officiaes e está ferido um. As nossas forças retiraram com grandes perdas, deixando duas peças no campo de combate. A força compunha-se de quatrocentos homens. O inimigo é calculado em seis mil combatentes e está bem armado.

O governador.

Bissau, 20. — Tivemos vinte e uma praças feridas e setenta e uma extraviadas ou mortas (1). Os officiaes mortos são os capitães Joaquim Antonio Carmo Azevedo e Heitor Alberto Azevedo, e o tenente Jorge Lucena e o alferes José Honorato Moreira. O official ferido chama-se José da Conceição Gonçalves. Os auxiliares pouco serviço prestaram.

O governador.

As nossas cousas d'Africa estão infelizmente collocando o país na situação dolorosa de entrar nas colonias por completo, não aos bocados, como até hoje o temos feito, no estrangeiro que não residua guerra tem votado a uma nação honrada e leal, mas empobrecida e desacreditada por governos saídos dos corrilhos politicos e não do voto nacional.

Ha muito que na Guiné se esperava um conflicto serio.

Limitamo-nos, segundo o nosso costume a não alargar para o interior a nossa esphera de influencia e o resultado é o gentio conhecer melhor os francezes de Carabane e de todo o Senegal do que os portuguezes, seculares senhores da Guiné.

O Cumeré, potentado do interior chegou quasi a tornar-se insolente com as nossas auctoridades. Dis o sr. Correia Lança, alto funcionario em nossa Africa no seu relatório sobre a Guiné referido ao anno de 1888:

«Este rei, que ha doze annos não põe os pés dentro da praça, mantendo assim aos olhos de todo o gentio, o mais atrevido de todos os desrespeitos para com o governo portuguez, quando no mez passado estive em Bissau, mandou-me um presente e cumprimentos pelo seu successor e por um sobrinho, que me disseram querer o Cumeré vir comprimentar-me pessoalmente.

Retribuí o presente, e disse aos enviados que o Cumeré seria recebido quando quizesse vir prestar homenagem ao delegado do governo da sua magestade.

Efectivamente veio até junto dos muros da praça, mas não entrou porque impôs como condição que o governador da provincia fosse primeiramente lá fora comprimental-o, acompanhando-o depois aos paços do concelho.

Creio que a resposta que lhe mandei o não deixou muito tranquillo, porque não se tinham passado oito dias já os mesmos enviados me procuravam outra vez, para me assegurarem que uma imperdoavel constipação não tinha permitido que o Cumeré viesse vêr-me, mas que o faria dentro de poucos dias.

Não recebi d'esta vez esta embaixada.

Os ultimos telegrammas dizem que já appareceram cerca de um cincoenta soldados dos extraviados.

Nem cheguei a verificar se eram sinceras as promessas do Cumeré, porque isto deu-se na véspera da minha saída para Bolama.

Eu creio que o que tornou o Cumeré d'esta vez mais prodigo em embaixadas e presentes foi o receio da liquidão por meios violentos d'uma questão que alguns gentios da ilha tem provocado, e do assassinio do soldado da policia, em setembro de 1888, praticado por um gentio *papel*, que ainda não foi enreque, apesar de todas as promessas do rei Safim.

Os *papeis* de Bissau, que junto á villa mantem uma vida absolutamente selvagem, mas da selvageria mais odiosa e cruel, tanto em costumes, como em atrocidades, precisam de sentir o rigor da nossa intervenção.

Se o não fiz já é porque não tive ainda forças disponiveis para lhes mostrar que quem manda em Bissau somos nós, sobretudo porque nenhum ataque se deve empreender contra aquelle gentio, sem ter na provincia duas canhoneiras que circundem a ilha, bombardeando as povoações da costa enquanto no interior as forças de terra operem contra os *tabancas*.

A população de Bissau quer expandir-se mas não se atreve.

Muitos negociantes querem fundar feitorias agricolas no interior da ilha, mas não se arriscam no meio d'aquellas hordas selvagens.

O Cumeré por sua vez cobra tão exaggerados tributos aos negociantes que se aventuram na ilha, ou a um ou a outro que por lá tem alguma fazenda agricola, que elles não podem com tão peizadas exigencias.

Na minha opinião deve occupar-se militarmente a ponte Bombo e o alto do Bandidim, construindo-se pequenos fortes, d'onde a artilheria domine uma vasta extensão.

A muralha que cerca a villa deve ser derrubada, alargando-se a povoação e quebrando-se o preconceito que circula no gentio, de que o proprio governo construindo aquelle muro reconheceu que lá fora não tem jurisdicção.

Transferir para Bissau a bateria de artilheria, que nada faz em Bolama, e que aquartelada em Bissau pode melhor manter em respeito todo e qualquer gentio; e depois de tomadas estas medidas de segurança dar terrenos a quem os quizesse agricultural, castigando desapiadadamente qualquer Cumeré que se opponha a esta expansão da vida e do progresso. É necessario que o governo de sua magestade se lembre que Bissau é a principal villa commercial da Guiné, e que dentro dos seus muros se abriga uma colonia importante, tanto nacional como estrangeira, que tem direito á protecção e á solicitude, de quem se diz senhor do territorio.

A situação, tal como se acha, é que não deve continuar, porque é um vexame para o nosso dominio e um insulto á civilisação.

A situação tal como se acha é que não deve continuar, dizia o sr. Correia Lança em 1888, imagine-se o que será, sem se ter dado um passo para a melhorar, a Guiné portugueza de 1891... Os proprios francezes não se furtam á charge quando se trata d'esta nossa colonia. O sr. Raoul Rochblanche na *Illustration*, de Paris, descreve assim o nosso forte de Cacheu:

«A oeste eleva-se uma má fortaleza rectangular com os quatro cantos ornados cada um por uma torresta minúscula, e armado com 12 peças velhas como seculos. Na explanada, bastante vasta, tres ou quatro arvoredos que mais parecem plumas e que dão, ao meio dia, cinco polegadas quadradas de sombra. Uma vintena de caçadores e artilheiros compõem toda a guarnição sob o commando de dois europeus: um tenente e um alferes que accumulam as funções de administrador do concelho. Todos se prestaram inteiramente da melhor vontade em satisfazer o desejo que manifestei de os photographar, o que era para elles a unica occasião de se mostrarem com o fardamento e insignias militares. Depois de se terem consultado por um tempo infinito sobre a attitudo guerreira em que lhes conviria passar á posteridade, resolveu-se afinal simular um ataque. Em virtude d'esta resolução os caçadores, sem grande cuidado no porte da arma, foram collocar-se debaixo de uma grande arvore, e os artilheiros viraram as suas peças contra um candeeiro. Sofri todos os tormentos do mundo para os fazer convencer que a posição era deploravel, e que em caso nenhum os candeeiros positos a tres metros da bocca de um canhão, poderiam ser tomados por um inimigo figurado.»

Em toda a parte ha gente bossal e ignorante, mas fazer avaliar o nosso exercito d'Africa pela descripção do sr. Raoul de Rochblanche é simplesmente indigno....

(Continua)

Manoel Barradas.



AS NOSSAS GRAVURAS

NO BOM JESUS DE BRAGA

GRUTA NO PARQUE

Já por mais vezes nos temos referido n'este periodico ao Santuario do Bom Jesus de Braga, publicando vistas d'aquelle formoso lugar, cujas excellencias é inútil encarecer, por sobejamente conhecidas de nacionaes e de estrangeiros.

As bellezas naturaes d'aquelle lugar tem sido nos ultimos tempos realçadas pelos embellezamentos da arte, que tem transformado n'um agradável parque a grande mata do Bom Jesus, e a gruta que hoje reproduzimos em nossa gravura é uma das obras que se vê no parque, disposta com muita arte.

A EXPOSIÇÃO DE BELLAS-ARTES NO PORTO

Se alguem fosse a avaliar o progresso das bellas-arts no Porto, pela exposição que actualmente se acha instalada no Atheneu Commercial a sua opinião seria de que a arte entre nós retrocede de um modo lastimavel, e que em vez das novas manifestações de estudo e de aptidão que era licito esperar, depois dos successos certos artisticos que aqui se tem realizado, tudo estaciona ou mesmo retrogreda na concepção e na feitura do quadro.

Eu não sei bem explicar as causas d'este phenomeno. Será desanimo? Será descrença nos meios de obter uma justa remuneração do trabalho executado?

Seja o que for, a verdade é que a exposição d'este anno, além do pobre, é de uma banalidade desoladora na maioria dos quadros exhibidos.

E ao olhar para aquellas telas ou cada vez mais me convengo de uma cousa. É que a maior parte dos alumnos da nossa academia, não estuda, não se instrue, não se applica.

Tirem-lhe o pequeno quadro de paisagem, arranquem-lhe das mãos o retrato, e o artista fica reduzido á impotencia de outra qualquer producção de valor.

Depois o mercantilismo invade já extraordinariamente o nosso pintor.

Trabalha não por amor, não por paixão, mas unicamente para alcançar alguns mil reis e d'ahi todo esse desprendimento e abandono dos meios que lhe poderiam dar uma notoriedade justificada.

Ordinariamente pobre, o nosso artista pode dizer-se que tem apenas a preocupação do pão de cada dia, e assim vai arrastando uma vida sem enthusiasmo e sem aspirações.

Logo é realmente triste, mas é perfeitamente verdadeiro.

Não sei onde me lavriam as considerações que o aspecto geral da presente exposição me suggerem e para as collar, prefiro entrar desde já na revista d'essa certamen.

O sr. Alberto Carlos de Souza Pinto, o novo pensionista do estado no estrangeiro, expõe tres cabeças de estudo. E' para notar a predilecção que este artista tem pelas phisionomias velhas, enrugadas, cõr de tijolo. Nunca lhe vimos outros quaesquer trabalhos e isto podia levar-nos a suppor, que o sr. Carlos de Souza Pinto não se sente com animo nem forças para producções de maior importancia. N'esses estudos, o artista segue a maneira de seu irmão, o glorioso pintor Souza Pinto, e dos que apresenta agora, o melhor é o do typo do pescador da Povoa. Algum exaggero de desenho, colorido por vezes demasiado carregado, mas no entanto com algum merito, estas pinturas do novel artista.

O sr. Caetano Moreira da Costa Lima, exhibe quatro esboços de composição, sendo dois assumptos historicos e dois religiosos. De todos esses quadros o que melhor nos impressionou pela harmonia do conjuncto e pelo bom agrupamento das figuras foi o que se intitula.

«A transfiguração».

Dos quadros historicos, o que mais nos agradou sem contudo nos satisfazer, foi o que tem por titulo «Martín de Freitas verificando em Toledo o fallecimento do rei de Portugal D. Sancho II».

Notamos que todas as producções d'este artista, no campo historico, se parecem umas com as

outras, seja qual for a epocha, sejam quaes forem os personagens que tomem parte na acção.

Quasi sempre os mesmos typos, os mesmos costumes e o mesmo arranjo de composição.

Além d'isso em todos elles ha uma falta pronunciada no estudo de vestuários e armaduras, provindo d'ahi anachronismos que não podem passar despercebidos a quem é medianamente instruido em assumptos de archeologia artistica.

O quadro, por exemplo, que representa a «Alvorada de Ourique» parece-nos a copia de uma

nias muito frescas, de um colorido intenso e de uma verdade palpitante.

Dos outros notaremos ainda o das camelias em uma jarra, perfeitamente pintada.

No genero paisagem, é soberbo de vegetação o quadro intitulado «O meu quintal». Ha n'elle excellentes gradações de cor, bom ar e uma harmonia deliciosa de conjunto, ao qual dá uma nota interessante o encarnado do telhado que se destaca ao fundo.

O que não parece do mesmo pincel é aquelle «Sovereiro de Corciches» uma impressão patética

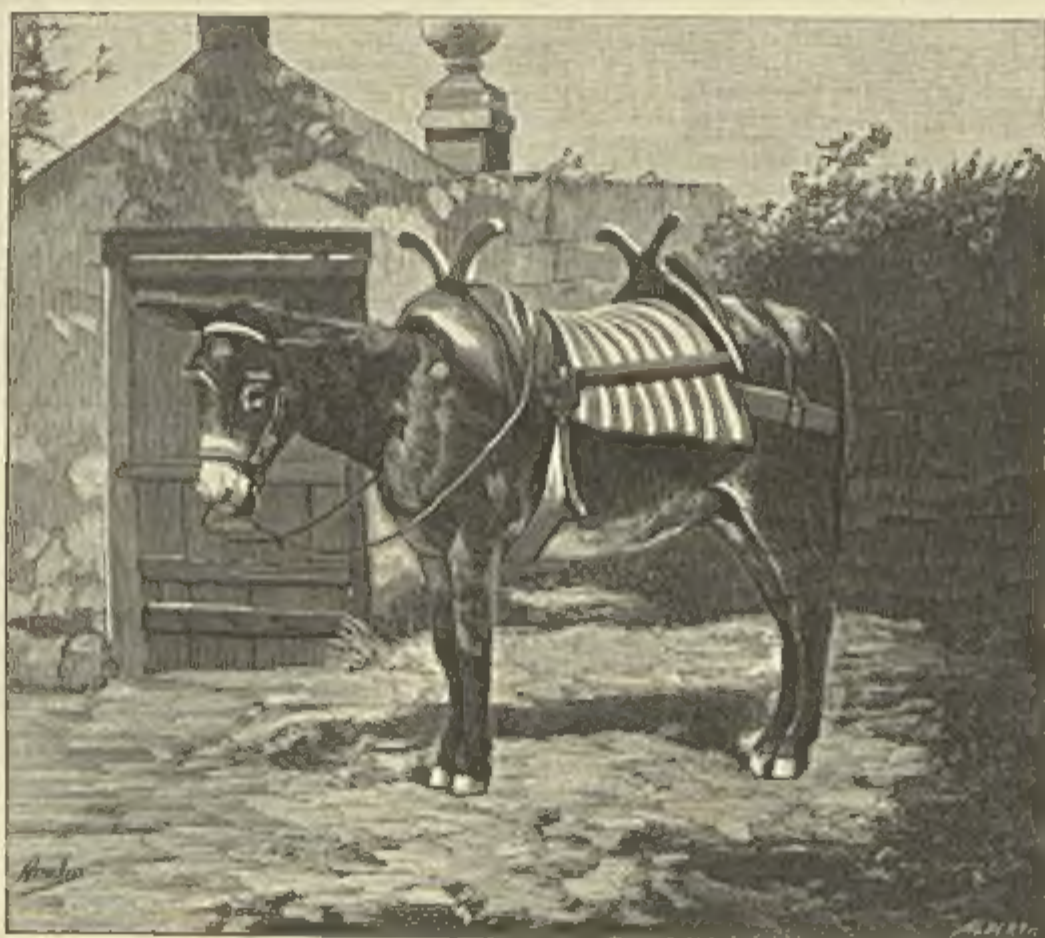
a physionomia do retratado não nos apresente um aspecto demasiadamente rabiscado, como se nota n'este.

O sr. Giuseppe Celiui, pôde ser um bom professor de desenho industrial, mas o que não é de modo algum, é um pintor de quadros, apesar de todos os esforços que empanha para isso.

O seu quadro «Spês», é a verdadeira *machina* da actual exposição, quer pelas dimensões, quer pelo assumpto.

Imagine-se uma figura de mulher, sentada, de braços abertos, de olhos muito arregalados, como

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO



UM JUMENTO — QUADRO DE S. M. A RAINHA D. AMELIA

(Segunda photographia)

d'essas estampas lithographicas que nos reproduzem o rei D. Afonso Henriques, com o seu typo yonerando do Padre Eterno, de corôa na cabeça e montando o seu fegoso cavallo branco. Aquillo é de uma trivialidade e de uma falcidade desoladoras. O de «Martin de Freitas» está melhor disposto, mais agradável, mas com os mesmos defeitos e erros.

Antonio José da Costa, um já quasi veterano, tem sabido seguir os progressos da arte e é por isso que nos dá de vez em quando esses quadrosinhos muito agradáveis e de uma visão muito intelligente.

Dos seus quadros de flores, o melhor é o que representa um grupo de magnificas rosas e peo-

executada de um modo que nos fez lembrar os primeiros ensaios d'aquelles impressionistas enraivecidos que em tempo fizeram estalar de riso o Paris mundano.

Aquillo nem mesmo é um estudo. São meia dúzia de pinceladas com pretensões a dar-nos ideia de uma coisa que não percebemos, por mais esforços que façamos.

Julio Costa apenas nos dá este anno um pequeno retrato em corpo inteiro, de Oliveira Alvarenga, redactor do «Jornal do Porto».

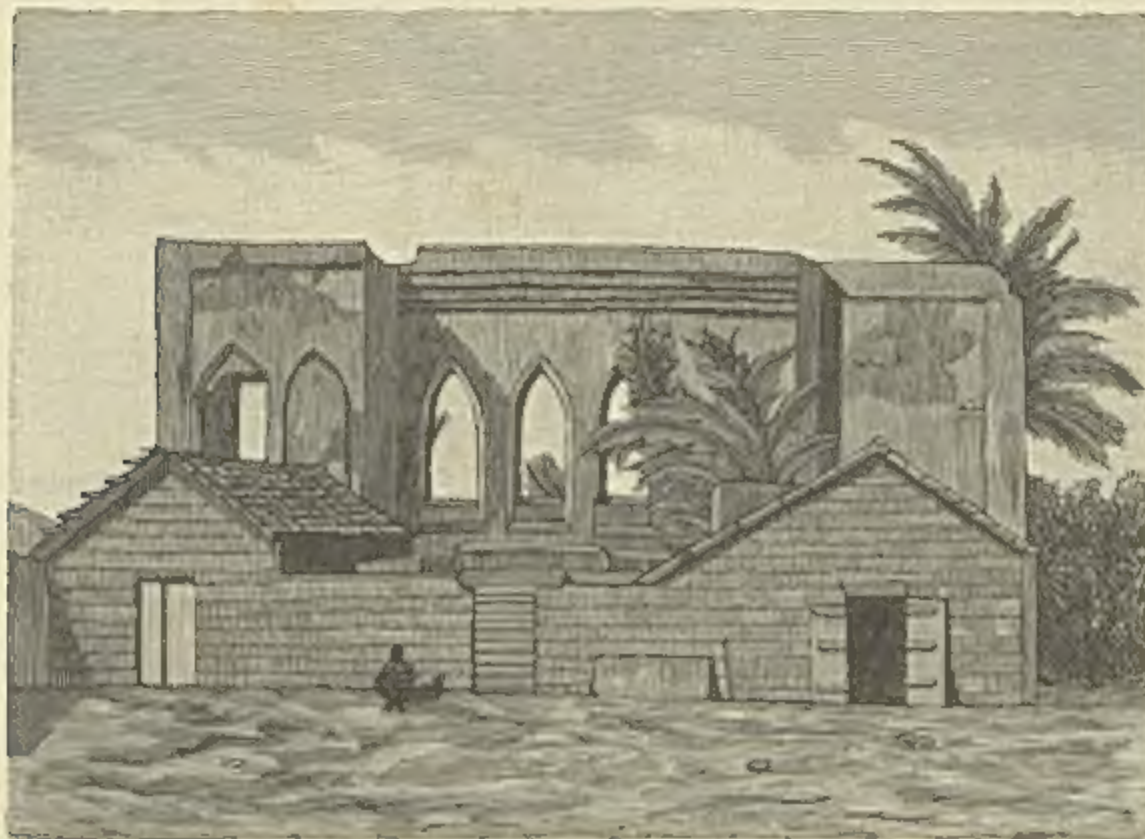
É um trabalho razoavel, de uma boa similitude, mas que está longe da perfeição. Neste genero de retratos requer-se muito maior delicadeza de toque, uma correcção mais suave, para que

que espantada, vestindo tunica verde claro e munto verde escuro e tendo ao lado um candelabro de onde se ergue uma chama de fogo de artificio. Esta pobre de Christo está assim, muito bem disposta, no meio de um campo immenso juncado de caveiras e de ossadas humanas, de fazer arrepiar.

Além do estranho do assumpto, a execução da figura e de um desenho incorrecto e sem merito. Tudo aquillo é amaneirado, de um aspecto que poderá illudir alguma basbaquice ignorante, mas que entristece uma vista bem educada.

Já vimos um jornal aconselhar a Camara Municipal a adquirir esse painel, para ser collocado em uma das capellas funerarias dos cemiterios

ACONTECIMENTOS DA GUINÉ PORTUGUEZA



AFRICA PORTUGUEZA: — RUINAS DO ANTIGO PALACIO DO GOVERNO, EM CACHEU
(Segundo photographia)



AFRICA PORTUGUEZA: — O FORTE DE CACHEU — CAÇADORES E ARTILHEIROS DA GUARNIÇÃO
(Segundo photographia)

publicos. Nós também achamos que elle ficaria bem na *Casa dos ossos*, do Cemiterio do Repouso.

O referido artista expõe ainda mais dois quadros, representando um, o rio Douro, na Ribeira, e outro a Rua de Santo Antonio, ambos de noite.

Mais duas infelicidades, de uma execução tão pobre como de effeito desagradavel. Aquillo quasi que faz rir.

O sr. Franz Hule expõe duas paisagens, uma das quaes, a da Allemanha, apesar de ser pintada do *chic*, tem qualidades apreciaveis de colorido e de perspectiva.

Marques de Oliveira apresenta quatro quadros, dois dos quaes, principalmente sei que estiveram na ultima exposiçao de Lisboa.

O mais importante d'elles é a *Lição em interior*, como sabem, muito interessante pela correcção do desenho e pela naturalidade do grupo.

Noto porém, não só n'essa tela como em uma outra intitulada *Arredores do Porto*, um certo aspecto poirento, que apesar de não ser desagradavel, tira contudo aos quadros a vivacidade de cor, dando-lhe um tom um tanto indistinto.

Marques Guimarães expõe quatro pequenas pinturas. Nada de importante.

Eduardo Moura mostra a sua muito boa vontade no quadro de genero *Dás-me?* É um artista de futuro, se continuar a estudar e a aproveitar os bons exemplos. N'este seu trabalho ha trechos apreciaveis.

O seu outro quadro de natureza morta, é bem pintado.

A Ramalho expõe duas paisagens.

A ponte de Gaijões é um assumpto interessante, mas que perde bastante do seu effeito pelo colorido fraco da vegetação, pela confusão com que está tratada a agua do ribeiro e pelo tom geral do quadro, bastante frio.

O outro, *Ponte da Conceição*, é mais vigoroso mas dão-se ainda n'elle algumas das circunstancias que indicamos com referencia ao anterior.

Julio Gonzaga Ramos expõe algumas paisagens muito bem interpretadas como por exemplo *Arredores do Porto*, de um bom colorido e em que o arvoredo se recorta bellamente no fundo azulado do firmamento; e ainda *Um Caminho de Lamas, Gervide, Na linha da Povoas*, etc.

O que não está bem é aquelle adolescente, a que não falta mesmo o buço, vestido com um trage de mulher de Vianna. Que diacho de phantasia ir procurar um rapaz para pousar de mulher da aldeia!

Do sr. João Augusto Ribeiro ha uma beila cabeceira, um verdadeiro retrato, que o author modestamente intitula *Cabeça de estudo*.

O retrato do sr. Sebastião Sanchudo esse achamol-o, além de demasiado impertigado, de uma carnacão exaggerada e de um aspecto mephistico-phalico.

A *Fiadeira*, pecca por o artista lhe ter esborrachado a cara, entortando-l'h'a além d'isso de um modo lamentavel.

As duas pequenas paisagens são de um valor insignificante.

Costodio da Rocha também apresentou uma paisagem que pouco tem por que se recomende.

O sr. Alfredo Nunes dos Santos expõe cousas extraordinarias, como por exemplo: um retrato, em meio corpo, de Silva Porto, em que o artista conseguiu collocar a bandeira portugueza, um ramo de louro, um pedaço de palmeira, um arco de flechas, e um turbanete emplumado de africano. Não pôde haver mais symbolismo.

Depois temos uma cabeça de judeu do Bom Jesus do Monte, uma physionomia de soldado aflambado, de capacete, e o busto nú, entrecoberto com as dobras de um manto. Nada mais burlesco.

Do mais, do mesmo artista, uma verdadeira desolação.

José de Almeida e Silva exhibe seis quadros, o mais importante dos quaes é o que se intitula *Operario doente*.

Está longe de ser uma boa pintura este quadro, e isto por varias preoccupações do artista e pela ausencia ainda de um certo criterio, para tratar assumptos d'esta natureza.

Na tela, ha por exemplo, uma figura de rapariga limpando os olhos e tendo nos braços uma creança, que é agradável de sentimento e de attitudão. A creança que está ao collo vê-se, porém, exaggerada nas suas proporções. A mulher, junto de uma cadeira, com o rosto apoiado nas mãos, também é expressiva. A figura do doente tem algumas qualidades, mas falta-lhe verdadeiro sentimento. A manta do colchão, o pedaço de pão e a caneca, bem tratados.

Mas tudo isto está mettido em um espaço tão restricto, tão acanhado que o quadro perde completamente o effeito que poderia ter, com mais

alguns palmos de tela e com mais acertada proporção das diversas figuras do grupo.

Ainda temos do mesmo artista umas tres cabeças de uma modelação durissima, de um colorido burrento e que mais parecem recortadas em lata, do que pinturas em tela.

Incrivelmente pessima, é a cabeça de mulher, que o author intitulou pomposamente *Flôr do Rheno*. Parece até incrível que um artista pinte semelhante cousa e ainda mais, que a exponha!

De Sousa Pinto, a não ser um *Crepusculo*, de bello effeito, e uma encastadora cabeça de rapaz, pintada com aquella sciencia tão peculiar ao insigne artista, nada vi que merecesse a attenção.

Silvestre Silvestri, um outro professor de desenho industrial, exhibe dois quadros maus, pelo colorido e pelo desenho. Intitulam-se elles *Enferma* e *O bocado não é para quem se parte*.

A paisagem de Mathosinhos, do mesmo artista, nem parece do author dos quadros anteriores, tal é o modo como está interpretada. É uma telasinha muito apreciavel.

O sr. Eduardo Teixeira apresenta, entre outros trabalhos, um quadro que tem por titulo, *A promessa de Florinda*, e que é sem duvida, uma das melhores cousas da presente exposiçao. A figura da rapariga da aldeia, sentada, cosendo o véu que destina a uma imagem, tem uma acção muito natural e está pintada em todos os seus promenores com muito acerto. É muito agradável este quadro, a que falta apenas mais um pouco de rigor na tonalidade geral.

Este mesmo senão se encontra em mais duas paisagens do mesmo artista, pintadas aliás com uma boa observação.

Torquato Pinheiro, que em outras exposições nos dera algumas paisagens promettedoras, não apresenta n'esta nada que mereça menção.

A sua *Calçada de Alfange, em Santarem*, é de uma frieza desoladora. Tudo aquillo parece de gesso, incluindo mesmo as piteiras que orlam o caminho.

Na secção de aquarella e pastel, apenas se destaca um magnifico retrato, a pastel, de Sousa Pinto.

Ha também um outro retrato de menina de Torquato Pinheiro, apreciavel:

Os trabalhos a pastel e a aquarella dos srs. Cellini e Silvestre Silvestri, pouco ou nada valem.

Em escultura temos alguns retratos em medalhões e um busto, tudo em geiso, de Serafim de Sousa Neves.

Quasi todos esses trabalhos se recommendam pela firmeza da modelação e pelo cuidado do desenho.

Em architectura expõe o sr. Marques de Oliveira o projecto de um theatro para esta cidade.

A fachada não deixa de ser graciosa, mas prejudica grandemente a sua elegancia, a pouca altura das portas principaes, que parecem esmagadas pelo resto da construcção.

Na sala, não ha balcão, o que achamos uma falta, quer sob o ponto de vista da lotação dos logares, quer pelo da propria elegancia da sala.

A galeria é collocada ao fundo da ultima ordem de camarotes, systema que achamos pouco conveniente, preferindo que ella corresse ao longo da mesma ordem, construindo-se em haixo, proximo a plateia, uma ordem de frizes.

Quanto ao resto da disposiçao interior do theatro nada posso dizer, porque isso melhor o pôde avaliar uma pessoa do *métier*.

Na mesma secção ha ainda dois interiores, estylo Renascença, executados a aquarella, pelo sr. Soá. São trabalhos bem feitos.

Na secção de pintura ha ainda fóra do catalogo, umas marinhas do sr. Nicola Jacobi, que revelam da parte do seu author, muita aptidão e sciencia de execução.

E eis o que pensamos da presente exposiçao.

Porto, 1 maio.

Manuel M. Rodrigues.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO

(Concluido do n.º 443)

Na brevidade d'estas notas biographicas apenas deixamos apontados os principaes factos da vida de José Silvestre Ribeiro, mas na curta resenha que vamos fazendo, já se encontra o bastante para avaliar a importancia dos serviços prestados por tão exemplar magistrado, á causa publica.

Além do que fica mencionado muitas outras commissões de serviço publico lhe foram confiadas, e ainda que de menos monta, nem por isso menos zelosa e intelligentemente desempenhadas.

Não são muitos os nossos homens politicos, como o foi José Silvestre Ribeiro, austero e impecavel, tendo sempre em vista os interesses da patria e pouco ou nada importando-se com os seus proprios.

Quando os annos e os achaques já lhe pesavam demasiadamente, ainda os seus serviços eram reclamados, e o seu nome acatado como os do mais prestigio e assim é, em 1881 nomeado par do reino, lugar de que tomou posse em janeiro de 1882.

Não iam, porém, os tempos muito conformes ao seu pensar, a austeridade do seu caracter, e a sua falta de saude, não lhe permitiu tomar parte muito activa nos trabalhos parlamentares d'estes ultimos annos.

Ahi ficam mal alinhavadas as notas do homem politico, resta-nos mencionar as suas obras litterarias e com ellas terminarmos a nossa tarefa.

Entre os trabalhos litterarios de José Silvestre Ribeiro, destaca-se como o de maior importancia a sua *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia*.

Esta obra representa o trabalho de muitos annos e uma dedicacão extrema, n'um paiz em que nada se encontrava feito n'esta como em muitos outros ramos de estudo.

E por isso José Silvestre Ribeiro diz no prologo do primeiro tomo.

«O que possuímos nós em materia de noticias legislativas, historicas, estatisticas e criticas, relativas a taes estabelecimentos? Da maxima parte d'ellas temos apenas algumas indicações avulsas, incompletas, imperfeitas. O estudioso que necessita de maior luz, de mais amplos desenvolvimentos, é condemnado a compulсар um sem numero de escriptos, estranhos aos interesses immediatos das letras e das sciencias, os quaes, por isso mesmo, só de passagem, muito ao de leve, e com indifferença, se occupam de um ou outro facto da vida intellectual dos povos. Se n'esses escriptos não encontras algum rasto de luz, força é que diligenciais devarrão o segredo de mysteriosos archivos, ou desentranhar da diplomacia officiaes, ás vezes conjecturalmente, as noticias que vos são indispensaveis.

«Os nacionaes veem-se privados de elementos de informacão e de estudo, que lhes fazem falta; e os estrangeiros curiosos, não somente padecem igual privação, mas demais a mais, hão de consumar asperamente o nosso descuido, a nossa indolencia em assumpto de tal importancia.»

Foi esta lacuna que José Silvestre Ribeiro preencheu com a publicacão da obra a que vimos de nos referir; e n'isto elle mostrou bem o quanto amava as coisas da sua patria, e quanto a desejava honrar auxiliando os estudiosos e exaltando-a aos olhos do estrangeiro.

Esta obra consta de 16 tomos.

Publicou mais as seguintes obras:

Resoluções do Conselho de Estado, 18 tomos.

O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia.

Esboço Historico de D. Duarte de Bragança.

Os paes de familia.

Estudos sobre os Luçidados.

Breve estudo sobre o espirito das leis de Montesquieu, em folhetins.

Estudos sobre os poetas hespanhoes.

Estudo sobre a viagem do padre Manuel Godinho.

Algumas asserções de Humboldt acerca das m.º

vegações dos portuguezes.

Ensino de estudos praticos de litteratura.

As aguas mineraes de Cabeço de Vide.

As Pescarias em Portugal.

E muitos outros trabalhos dispersos nos jornaes e semanarios, o que tudo prova a actividade de espirito de José Silvestre Ribeiro, que até aos ultimos momentos da sua vida, se empregou nos seus estudos litterarios, já retirado de ha muito da vida politica.

Para em tudo mostrar as excellencias da sua alma, a bondade do seu coração, José Silvestre Ribeiro fundou a deu vida em Portugal a uma instituiçao nova que devia ser velha. Referimo-nos á Sociedade Protectora dos Animaes.

Foi elle o fundador d'esta sociedade em Lisboa, tão humanitaria quanto civilisadora, e aos seus esforços se deve a conservacão d'ella, o que representa uma luta contra a ignorancia e indifferença de uma grande parte do publico a respeito de instituiçoes d'esta especie José Silvestre Ribeiro foi um dos portuguezes mais prestantes d'essa geraçao que vas a extinguir-se, e a historia reserva-lhe um lugar honroso entre os que mais tem contribuido para o bem da nossa querida patria.

Caetano Alberto

A HERANÇA DO BASTARDO

Romance Original

IV

AMOR DE MÃE

Mezes depois da anterior confidencia a morgada de Louredo era mãe.

Correu a nova de bocca a bocca, e, como nas terras pequenas se entretêm mais a malidicencia do que nas cidades a discutir os actos da vida privada, foi dentro em pouco assente entre toda a vizinhança, que o filho da morgada, longe de ser fructo do matrimonio era antes a consequencia de um tresloucamento da fidalga, que esquecera os seus deveres de esposa e tinha por amante Luiz Ferreira Lobo.

Claudio de Castro, longe de occultar a sua deshonra andou ella mesmo publicando-a por toda a parte, dando razão aos malizentes. Tornando para si o papel de victima lamentava-se cruelmente, e quem o queria ouvir, de ter ligado o glorioso nome dos seus antepassados a uma rapariga da indole de Anna da Soledade.

O pae de Luiz salvador do escandalo, e vendo que o procedimento do filho era já assumpto das conversas na corte, mandou-o chamar a Lisboa, onde apenas chegado, teve ordem de embarcar para o Brazil.

O inconsolavel rapaz, quando ouviu da bocca do pae esta communicação, que o obrigava a deixar, talvez para sempre, os antes que tanto amava, procurou reagir, porem Rodrigo Ferreira Lobo foi inexoravel, e Luiz não podendo sequer participar a Anninhas qual ia ser o seu destino, partiu para as terras de Santa Cruz, atribulado cruelmente pelo futuro dos que ficavam abandonados a uma cruel vingança.

Por seu lado, Anna, em vão procurara fazer vibrar no coração do seu verdugo a corda da sensibilidade.

O morgado de Louredo impassivel aos soffrimentos moraes da infeliz rapariga, achava até prazer em tortural-a, não só conservando-a como em carcere privado e com sentinellas á vista, para o que encarregara os criados de espiarem todos os seus actos, como indo visital a ameadadas vezes para lhe relatar, com requintado cynismo, os pormenores da partida de Luiz para Lisboa, e do seu precipitado embarque para o Rio de Janeiro.

Claudio de Castro gosava em vêr soffrir a sua victima.

Sabia que a sua qualidade de morgado n'uma terra de ignorantes, era o bastante, para a seu bello prazer, servir os caprichos que o instincto da perversidade lhe podessem phantasiar.

Em ali o senhor despotico e absoluto.

Os seus desejos, ainda mesmo os da mais ignobil libertinagem, tinham encontrado sempre n'aquella especie de feudo uma cega e fanatica obediencia.

Quando elle queria ninguem ousava discutir.

Estulto privilegio d'essas raças que se julgavam superiores a que, para bem da civilização e da humanidade, foram degenerando ou consumindo-se no decorrer dos seculos.

Em Beja, não só o juiz de fôra Antonio Manuel Ribeiro Camisão, como as demais auctoridades civis e militares, eram creaturas d'elle.

Com o corregedor, de quem era amigo, e que, como se sabe, tinha jurisdicção civil e criminal, forjou o processo de adulterio contra a morgada, o qual serviu no mesmo tempo para impugnar a legitimidade do filho.

D'esta forma não só Anninhas não teria direito a reparação de bens, mas apenas a alimentos, como hoje é ainda praxe na lei moderna, seja qual for o regimen em que o matrimonio tiver sido contractado, senão tambem o filho considerado espurio, e como tal, não podendo ser perfiado, ficava sem direito ao que pertencia a sua mãe.

Em conclusão, julgado o processo a favor de Claudio de Castro, como effectivamente não poderia deixar de ser, era este quem ficaria de posse dos bens com que a Anninhas entrara para o casal, e com o direito de pôr e dispor, outhorgar ou vender, como muito bem lhe aprouvesse.

No processo figuraram como testemunhas muitos individuos a quem o morgado pagou generosamente os depoimentos, alem dos duas primas de Anninhas que, apesar de lhe deverem o não terem morrido miseravelmente, foram as que mais extenso relatório verbal fizeram da sua culpa.

Aquella rapariga tinha sido sempre volúvel, caprichosa, e d'uma tendencia incomprehensivel para o mal. Ambas haviam agourado pouca felicidade áquella união. Afinal sua parenta, mal estava dizel o, tinha sido educada com moitos largos, suppozera logo que ella, mais tarde ou mais cedo, havia de resentir-se da falta d'uma sólida educação religiosa.

Concluindo, pediam licença ao tribunal, para manifestarem a sua opinião a respeito do destino que julgavam dever ter a sua infeliz prima.

Concordavam ambas em que, para obstar a que ella continuasse a envergonhar o sr. morgado, um fidalgo tão nobre, um caracter de tanta respeitabilidade e veneração, seria melhor recolher-a a um convento a fim de purificar a sua tremenda levandade na reclusão do claustro.

As duas megeras ao exporem isto mostravam-se commovidas e limpavam affadigadas as exprimidas lagrimas, que conseguiram fazer chegar aos olhos, para melhor expressão dos papéis compungidos que ali representavam.

Consultado o morgado, o tribunal decidiu por sentença — que provado o crime, que originara aquelle processo, Anna da Soledade, casada com o morgado de Louredo, e como tal usando d'esse titulo nobiliarchico, desse entrada no convento de Nossa Senhora da Conceição, ficando o dito sr. morgado na posse e administração de todos os bens do casal com a unica obrigação de pagar a mensalidade que a superiora entendesse dever estipular para a alimentação da reclusa.

N'essa mesma noite, o morgado, que havia muitos dias não entrava no quarto de Anninhas, bateu na porta discretamente, seriam dez horas da noite.

Acompanhava-o uma mulher de mau aspecto, trigueira, mediana estatura, coberta de andrajos e os cabellos soltos, trazendo na cabeça um lenço atado á maneira de turbante.

No olhar firme e penetrante lia-se-lhe o animo audacioso, advinhava-se uma d'essas naturezas educadas no crime, um d'essas antes dispostos a afrontar todos os perigos e todos os castigos, quando arrastados pelas seducções do ouro.

Veiu abrir a criada que fazia as vezes de aia, rapariga dos seus trinta annos, creatura em quem o morgado depositava toda a confiança, por saber que era das servas com quem sua mulher menos sympathizava.

— Então Clara?

— Parece-me excellente occasião. A sr.^a acabou de ceiar e adormeceu amamentando o menino.

— Será a ultima vez. E no olhar de Claudio fuzilou um relampago de odio. Approxima-se acrescentou logo voltando-se para Litta, onde deixaste o teu companheiro?

— Varel, está além no corredor esperando a minha volta.

— E' ao fundo d'esse corredor que se encontra a porta do jardim. Sairão por ella, alcançando o parque, depois as terras...

— Era uma vez um morgadinho... acrescentou Litta com um sorriso diabolico.

— Nunca mais quero ouvir fallar d'elle, ouviram? Melhor fôra que lhe acabassem com a vida.

— Se quer, meu senhor?

— Isso aqui produziria escandalo, apressou-se em responder o morgado. Contento-me que o mulhem de paz.

— Ah! isso lá esteja descansado meu fidalgo, a nossa viagem vai ser longuista, e depois se o pequeno nos aborrecer pelo caminho... á fé de ciganos...

— Vamos, insinuou o morgado.

Entraram.

No quarto bruxeleava apenas a fraca luz d'uma pequena lampada, suspensa ante a madrineta onde se guardava um bello Christo de marfim.

Approximaram-se do leito. Anninhas dormia debruçada para a creancinha que mal se adivinhava por entre a roupa da cama em que a mãe a envolvera.

Litta abeirando se mais da cama intendeu a posição da creança e já introduzia os braços por debaixo da roupa para tomal a sem a acordar, quando Anninhas, para quem o dormir era ha muito tempo entrecorrido de sobresaltos, se agita, senta-se repentinamente na cama e grita, puzendo a creança para si, com voz que o terror não deixa tornar firme.

— Quem está ali?

Vendo Litta recuar surprehendida é o morgado quem se aproxima por sua vez e se dirige a Anninhas.

— Sou eu que tenho que lhe fallar.

— Aqui, a esta hora, que nova infamia lhe encaminhou os passos?

— Ora vamos, não se altere, tornou Claudio com pronunciada ironia, como suppoz que tivesse

necessidade d'uma ama aqui lh'a trago. Apesar da sua apparencia miseravel é uma excellente creatura e pode garantir a seu filho uma alimentação sadia. E' preciso, pois, entregar-lhe a creança, porque parte esta noite ainda de Louredo.

— Levarem-me meu filho?

— Hei de ser para elle uma boa mãe, descanço, observou Litta, e lá enquanto a educação nem um principe a hade ter tão esmerada.

— Não, não, meu filho não sairá dos meus braços...

— Sinto dizer-lhe, minha senhora, que isso seria uma desobediencia á sentença do tribunal que julgou hoje o seu crime, e a condemnou á reclusão perpetua n'um convento, dando-me o direito de dispor de seu filho como me aprouver.

— Ah! logo vi que o sr. havia de se empenhar para que me condemnassem. Completou victoriosamente a sua obra. Depois de me arrastar pelo desespero, pelo abandono, pela expoliação, ao crime de que me condemnaram, deu a ultima enxada na minha honra para que esta creança só possa no futuro amaldiçoar a mãe culpada que lhe deu o ser.

E mudando para o tom de quem supplica:

— Olhe Claudio tudo arrostarei, tudo; a miséria mesmo! Nada quero do que trouxe para esta casa, nada absolutamente. Juro-lhe que irei para bem longe, para onde nunca mais ouça fallar no meu nome, mas deixe-me a posse d'este pequenino ente que é a alma da minha alma, a vida da minha vida.

Dizendo isto Anninhas tomou a creança nos braços e cobriu-a de beijos e lagrimas, n'um d'esses extremos carinhosos que só tem o amor materno.

— Verá que tenho coragem para ser mãe exemplar. Deixe-me sair com meu filho.

— O que me pede é impossivel retorquiu o morgado. A lei tem de se cumprir, e mal estava ao meu nome transigir com a senhora, n'essa proposta que nada tem de sensata. Reunida no seu amante, a senhora, havia de procurar haver os seus direitos e talvez não lhe fosse difficil annular um casamento que afinal não o foi de facto. Bem vê que tudo isso será impossivel estando a sr.^a completamente só e vigiada por pessoas da minha confiança.

— Compreendendo tudo, tornou ella fabricitante. Vejo agora toda a infamia d'esse plano interesseiro em que o acaso se tornou teu cumplice. Ah! de que ardil monstruoso fui victima! Tornada tua pelo casamento, viste os perigos em que me enredava e deixaste-me proceder livremente para que me houvessem de punir por similhante delicto. Como marido ultrajado e ao abrigo da lei cahia-te a administração e posse da minha fortuna, que afinal consegues ter em teu poder, sem que ninguem possa pedir-te contas d'ella. Não, não foi o ultrage á tua honra que te levou a pedir a minha punição ao tribunal, foi a ambição do meu ouro que te segredou essa requintada infamia.

— Diga o que quizer, tornou-lhe Claudio no auge da colera, importam-me pouco as suas accusações, mas tenho a prevenil-a de que o tempo está correndo e precisa resolver-se a entregar seu filho a essa mulher. Por vontade ou á força, ouviu, quero, exijo que me entregue essa creança. Não tardam os que a vem buscar.

Como a justificar estas palavras, ouviu-se no pateo rodar uma carruagem.

Era o corregedor que, acompanhado de dois alguazis, vinha prender a morgada de Louredo e levall-a para o convento da Nossa Senhora da Conceição, em Beja.

— Ouve, acrescentou o morgado, é o corregedor que ahí vem, portanto essa mulher terá de partir immediatamente. Vamos Litta acabemos com isto.

A cigana correu para o leito.

Ao vêr tal resolução Anninhas deu um grito, porém, subitamente, preza d'um frio glacial e como d'uma paralyisa subita, o corpo entericado, cahiu para o lado, e Litta agarrando immediatamente na creança desappareceu nas trevas do corredor seguida de Clara.

Oito dias esteve Anninhas entre a vida e a morte, mas ao cabo d'elles, o mal restabelecida ainda, foi transportada de Louredo para Beja dando entrada no convento da rua dos Infantes.

Do filho da morgada ninguem mais ouvira fallar em Louredo.

Dizia-se que Claudio de Castro, graças ao seu ouro e ás influencias de que dispunha conseguira fazel-o desapparecer

(Continúa).

Julio Rocha.



REVISTA POLITICA

Por muito que a politica tivesse dado que fallar de si n'estes ultimos dez dias, nada impressionou mais vivamente o publico, do que o decreto de 7 do corrente, que autorizou o Banco de Portugal a trocar as suas notas de ouro por prata.

Os decretos de economias do ministerio das Obras publicas e do ministerio da Marinha, as noticias contradictorias que tem corrido sobre as negociações com a Inglaterra, a occupação da Massakiss pelas tropas portuguezas e as intrigas de Cecil Rhodes, nada preoccupou tanto os espiritos como o tal decreto, que parecia destinado a tranquilisar o bom povo, ha muito desconfiado das finanças publicas.

Havia uma corrida mansa aos estabelecimentos bancarios, que se manifestava diariamente no levantamento de alguns depositos e na troca de algumas notas n'um metal sonante, mas o decreto do dia 7 veio embrevessar essa corrida e dar o toque do alarme para aquelles que ainda viviam no melhor dos mundos possiveis.

O decreto que tem um considerando assim: «Que, desaparecendo a desconfiança que tem produzido o retrahimento da avultada quantidade de moeda de ouro que as estatisticas aduaneiras mostram existir no paiz, deve a mesma moeda voltar a exercer as suas funcções naturaes, facilitando as operações bancarias e as do thesouro» fez, como era natural, augmentar a tal desconfiança, e o mesmo foi que largar em cheio fogo ao rasilho que ia mimando lentamente e que afinal talves se apagasse sem chegar a explodir.

Para isso toria sido preciso um pouco mais de serenidade e de arte, em ter previsto, quem o podia e devia prever, este defeito, providenciando a tempo sobre a crise que se aproximava, porque de resto havendo, como ha, muito ouro e prata no paiz, a propria conveniencia de quem o tem obrigaria a polo em circulação, para não se ver mais prejudicado ainda com o seu retrahimento.

As necessidades do movimento, que constitue a vida moderna, não permitem outra coisa, e se o panico de uma situação anormal é que produz esses retrahimentos forçados e impostos pelo egotismo humano do «salve-se quem poder».

Ora o decreto do governo não podia ver mais do molde a fazer esse panico, e transformou em doença aguda a simples mancha de que enfermava o nosso mercado monetario.

Não nos parece, portanto, que o governo procedesse acertadamente levando as cousas ao ponto de ter que publicar o decreto, o qual mostra que as necessidades do thesouro é que a isso o levaram, pois o decreto é precedido d'estas palavras:

«Não podendo o thesouro, em presença das circumstancias excepcionaes em que se acham as finanças monetarias do paiz pelo retrahimento das capitães, prescindir de elevar temporariamente a sua conta de credito no Banco de Portugal, enquanto não se ultima a cobrança do producto do emprestimo autorisado pela carta de lei de 23 de março do corrente anno, e considerando»

Para isto não valia a pena ter-se votado com tanto sacrificio e em condições tão deprimentes e ao mesmo tempo tão nobilissimas, o grande emprestimo com que o governo contava evitar uma crise maior no paiz!

Como se explica que n'um periodo de pouco mais d'um mez, que tanto tempo ha que se votou o emprestimo destinado a satisfazer os encargos da divida fluctuante, o governo vê-se na necessidade de augmentar a conta de credito no Banco de Portugal, e necessidade tal que não se importou com o alarme que ia levantar publicando o decreto do dia 7?

Não podemos acreditar uma versão que principiou a correr, de que o governo para auxiliar o Banco Lusitano, cujas precarias circumstancias não já conhecidas do publico, lhe abonara grossas quantias, desabonando assim o thesouro.

Isto seria aceitavel se o thesouro podesse prestar esse auxilio sem prejuizo dos seus encargos immediatos, mas sacrificar a vida economica d'um paiz aos creditos de uma casa bancaria, não é coisa que se acredite nem se aceite, por isso deixamos de quarentena o boato.

Seja, porém, como for, o facto é que o decreto appareceu e que as suas consequências já se fazem sentir de tal modo, que não sabemos bem se as

ração do retrato de El-Rei D. Luiz, fundador d'este instituto de beneficencia e que mais influencia para a sua prosperidade com a valiosa protecção que lhe dispensou.

Para esta sessão foi convidada a imprensa da capital assim como as familias dos socios e outras pessoas, sendo assim muito concorrida esta reunião de cavalheiros e damas as quaes esbellezaram aquella singela solemnidade com a sua presença.

Pelas 3 horas da tarde chegaram Suas Magestades e em seguida foi aberta a sessão por El-rei que deu a palavra ao sr. Conde de Valenças, secretario da direcção do albergue e relator.

O sr. Conde de Valenças fez a leitura do elogio de El-Rei D. Luiz, de que se achava inaugurado o retrato na sala.

Neste elogio, que é mais um bello trabalho litterario do illustre academico, faz-se a apreciação do fallecido monarcha sob o ponto de vista do homem de coração e do artista, educado por uma mão virtuosa e retemperado na grande vida do mar, onde a alma se expande na immensidade do

oceano como na immensidade da natureza e onde a porcella ou a bonança, verdadeiros espelhos da realidade da vida, fazem conhecer ao coração todas as alegrias e todas as dores que acompanham a humanidade. E é assim que se formam as grandes almas e os bons corações, qualidades que se encontravam no fallecido rei que acima de tudo era bom e a bondade é uma força, como muito bem concluiu o auctor do elogio.

Feito o elogio do fundador d'aquelle hospicio de caridade, o sr. conde seguiu a ler o relatorio correspondente aos ultimos dois annos de existencia do albergue, em que a par dos beneficios innumerados mostra a escrupulosa administração que tem feito prosperar esta casa de caridade, consolidando as bases em que foi lançada e garantindo-lhe um largo futuro como é para de-sejar a instituição tão util.

Assim nos dá a conhecer que nos nove annos de existencia do Albergue Nocturno, tem este tido de receita geral 126:087\$363 reis e de despesa, incluindo a compra da casa onde actualmente funciona 85:733\$890 reis, o que bem mostra o zelo com que tem sido administrado e a valiosa protecção com que tantos tem beneficiado esta instituição de caridade.

Ascende a 24:776 o numero de individuos que ali tem sido recebidos até 31 de Dezembro de 1890, entre nacionaes e estrangeiros de ambos os sexos, e 124:451 os agasalhos ministrados.

Esta tão util e caridosa instituição tem servido de modelo a mais tres hospicios semelhantes no paiz e ao asylo nocturno de Turim que copiou a lei e regulamento dos Albergues Nocturnos de Lisboa, para o que foi em tempo enviado ao cavalheiro Paulo Meilli os estatutos e relatorios d'esta instituição portugueza.

Não param, porém, aqui os beneficios dos Albergues Nocturnos de Lisboa, porque já em vida de El-rei D. Luiz, o bondoso rei manifestara o desejo que a este estabelecimento se juntasse uma escola de ensino profissional, o que não se chegara ainda a realizar por circumstancias economicas que aconselhavam prudencia nas despesas, mas que vae agora pôr-se em pratica por assim o premitirem as condições desahogadas em que se acha o albergue.

O sr. conde de Valenças depositou nas mãos de El-Rei D. Carlos os projectos e regulamentos para a referida escola que vae tratar-se de organizar, completando-se assim os desejos do seu fundador e não menos os do digno relator, que, como se sabe, tem sido um dos mais devotados apostolos da instrução publica.

Adolpho, Modesto & C.^{as} — Impressores
R. Nova do Leurreiro, 23 e 25



NO BOM JESUS DE BRAGA — GRUTA NO PARQUE

(Segunda photographia)

cousas ficando por aqui, ou se serão precisas novas providencias, por ventura mais precizes do que o tal decreto.

E tanto nos temos alargado com o assumpto, que alias é do maior interesse, que não nos fica espaço para fallarmos dos shismas que vão apparecendo entre os partidos monarchicos, principiando pelo sr. Marianno de Carvalho que parece querer formar egreja separada.

Na proxima revista fallaremos d'esta separação, se as medidas financeiras derem licença.

João Verdades.



RESENHA NOTICIOSA

ALBERGUES NOCTURNOS. — Celebrou-se hontem nos Albergues Nocturnos de Lisboa, na sua nova casa da rua da Cruz dos Povos, uma sessão solenne presidida por Suas Magestades El-Rei D. Carlos e Rainha D. Maria Amélia, para a inaugu-